

## mercado

## Lula, Moro e outras crises inúteis

Presidente compra brigas sem sentido; problemas fermentam na economia e no Congresso

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Luiz Inácio Lula da Silva disse que uma conspiração assassina do PCC seria armação de Sergio Moro, ora senador (União Brasil-PR). Se o presidente se sente de vontade de dizer tal coisa, o que mais pode dizer? De algum modo, se sentiu inimpudável, de caso pensado ou por falta de noção, como diz o povo.

O assunto preocupa até quem se ocupa no mais das vezes de economia. São aqueles que já viram o presidente dar tantos tiros no pé desde novembro, mesmo antes de tomar posse. Seja o caso de soberba terminal, seja o de autoconfi-

ança desinformada e inconsequente, o que mais pode vir?

Não é uma questão menor, nem do espírito de porco opcionista. Muita gente preocupa com o futuro deste governo, até por afinidade ou compromisso, ficou pasma.

Um otimista dirá que foi um lapso grave. Um cético vai se perguntar se Lula se julga acima do bem e do mal. Estaria ainda mais olímpico porque neste seu terceiro governo e no seu partido não há mais, nem de longe, figura que conteste suas vontades ou o alerta para consequências do que faz e

diz. Pelo que diz gente graúda do Congresso, Lula tem reagido muito mal se contrariado.

O disparate de Lula tem vários aspectos, não importa o que se pense de Moro e sua ficha corrida. Primeiro, é uma acusação grave e sem provas, difundida à maneira de demagogos paranoicos ou conspirativos. Algo como "não vou dizer, não sei, não tenho provas, mas acho, parece evidente, ouvi dizer... Já ouvimos isso."

Nas palavras de Lula: "Eu não vou falar porque acho que é mais uma armação do Moro. Quero ser cauteloso, vou

descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro". Sem querer, querendo, já disse tudo.

Segundo, é uma gafe política séria. Lula deu assunto para hordas bolsonaristas, que andavam acuadas pelo levante de 8 de Janeiro, pelo sumiço medroso do líder da seita e pelo contrabando de joias da família.

Lula tem a tarefa imensa de desbolsonarizar o país. Isso quer dizer conter o golpismo, a ignorância, a mentira, a desrazão e a propagação da violência e da discriminação, ao mes-

mo tempo que se procura convencer cidadãos a sair das trevas (a "pacificação"). Além do mais, quase metade do eleitorado tem tamanha aversão a Lula que votou em Jair Bolsonaro.

No entanto, Lula rapidamente perde votos de confiança de que possa cumprir a tarefa; a ideia de "frente ampla" pega mofo. Pior, compra brigas sem sentido ou o faz de modo contraproducente, como na política econômica até aqui.

Lula 3 não tem a popularidade de Lula 2 e dificilmente terá, dada da ascensão da extrema direita. Terá o Congresso mais avesso a sua figura e ideias. Mais do que isso: um Congresso que se acostumou a mandar mais.

Lula 3 não terá o Orçamento dos anos melhores dos seus dois primeiros governos. Neste início de mandato, o mundo embaica para um biênio de estagnação ou mediocridade econômica.

Por mais que seja bem-sucedido, não haverá novidade grande como uma Bolsa Família ou a recuperação do salário mínimo. A melhoria social, mais do que nunca, terá de vir por crescimento acelerado, o que não está à vista nos próximos dois anos, sendo otimista.

Lula termina seu primeiro trimestre com um Congresso inquieto, querendo sua parte no butim e dividido por intrigas de seus mandarin. Provoca tumulto econômico a troco de nada, a não ser piora das condições financeiras. Partes de seu governo ainda estão travadas por falta de quadros ou projetos. Ministros maiores disputam quem manda. Alguns fritam Fernando Haddad.

Sim, são apenas três meses de governo. Não daria para criar grande coisa. Mas para que criar tanta crise inútil? Se é que a pergunta cabe: Lula sabe o que faz?

vinicius.torres@grupofolha.com.br

## MP acaba com boa-fé e exige nota fiscal eletrônica para ouro

Em fase final de elaboração, mudança abre caminho para rastreabilidade

Alexa Salomão

BRASÍLIA Entrou em fase final de elaboração na Casa Civil a nova regulamentação para o controle de origem, compra, venda e transporte de ouro de garimpo em todo país. A MP (medida provisória) sobre o tema já foi discutida e revista pelos ministérios envolvidos na discussão.

O texto da MP, a que a Folha teve acesso, estabelece uma série de novas exigências nas transações com o metal e abre caminho para estabelecer a rastreabilidade, antigo pleito de quem combate o garimpo ilegal.

A medida também deixa claro que o vendedor do ouro é responsável civil e criminalmente pelas informações prestadas durante a venda e o transporte.

Desde a crise humanitária dos yanomamis, a formulação de uma nova lei para o garimpo foi apontada como prioridade pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A gente espera que a minuta agora seja encaminhada ao presidente Lula, para que possa dar aval para para ela seguir o mais rápido possível para o Congresso", afirmou



Fiscais do Ibama chegam a garimpo na Terra Indígena Yanomami. Laio de Almeida - 11.fev.23/Folhapress

ma Larissa Rodrigues, gerente do Instituto Escolhas, entidade que produziu uma série de estudos na tentativa de alterar a lei no setor.

Segundo o Escolhas, 54% do ouro comercializado no Brasil tem origem suspeita.

A medida provisória revoga um dos itens mais controversos da atual regulamentação, a presunção da boa-fé na primeira venda do metal.

A norma, segundo especialistas envolvidos no combate ao garimpo ilegal, como a PF

(Polícia Federal) e o BC (Banco Central), é uma das principais brechas para "esquentar" ouro retirado de terra indígena e área ambiental.

A boa-fé faz parte de um bloco de normas previstas nos artigos 37 a 42 na lei nº 12.844, de

2013. Os dispositivos foram inseridos pelo deputado Odair Cunha (PT-MG) durante a tramitação de uma MP sobre seguro agrícola, e o texto, sancionado por Dilma Rousseff. A nova lei em elaboração revoga todos esses artigos.

Estão em análise hoje duas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) que questionam a presunção da boa-fé no STF (Supremo Tribunal Federal). A perspectiva é que a MP pode trazer sustentação regulatória para a revogação das normas atuais caso a corte decida pela inconstitucionalidade.

A proposta do governo também torna obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica. Desde 2001, uma norma interna da Receita Federal mantém o uso da nota de papel na atividade, apesar de o fisco já exigir o documento digitalizado na maioria dos setores.

Outro ponto importante do texto, considerado vital para o combate ao ouro ilegal, é a criação da guia de transporte e custódia do minério. Esse novo documento deverá ser expedido eletronicamente.

A proposta estabelece ainda uma série de responsabilidades para as instituições autorizadas pelo Banco Central a fazer a primeira aquisição do ouro, as DTVMs (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários).

Elas ficam obrigadas a manter estruturas de gerenciamento de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar a aquisição de ouro, para que fique clara a origem lícita do metal que estão comercializando.

As DTVMs também passam a ser responsáveis pelo registro de uma série de informações na ANM (Agência Nacional de Mineração), como o posto de atendimento, a agência ou o estabelecimento responsável pela compra e o número da PLG (Permissão de Lavra Garimpeira) de origem, bem como a quantidade adquirida. A transação financeira precisa passar por uma conta bancária.

A medida provisória também acaba com a participação cruzada na atividade. O dono de DTVM e seus familiares até segundo grau ficam proibidos de serem também dono de lavra garimpeira, e vice-versa. A participação cruzada é apontada como uma alternativa para atuação de grupos criminosos na atividade.

A MP acaba também com a brecha para que cooperativas de garimpo façam a primeira venda. Apenas DTVMs poderão fazer essa transação.

O ponto de partida de discussão da medida provisória foi o PL (projeto de lei) 2159/2022, de autoria da ex-deputada Joënia Wapichana (Rede-RR), com apoio de outros parlamentares, como Víví Reis (PSOL-PA). A proposta, ainda em tramitação no Congresso, estabelece mecanismos para rastrear o ouro de garimpo.

A rastreabilidade é defendida por ONGs, como o Escolhas, o Instituto Ethos e o Isa (Instituto Socioambiental), bem como pelo Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) — que representa grandes grupos do setor, como Vale, Alcoa e Anglo American.

## China decide retomar compra de carne bovina brasileira, suspensa após caso de vaca louca

AGROFOLHA

Mauro Zafalon e Thiago Resende

SÃO PAULO E BRASÍLIA As vésperas da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, o país asiático decidiu retomar a compra de carne bovina brasileira.

No fim de fevereiro, o governo brasileiro interrompeu as exportações, seguindo um protocolo de 2015 assinado pelos dois países que estabelece um embargo nas vendas à China quando uma nova ocorrência de vaca louca —encefalopatia espongiforme bovina— é identificada no Brasil.

No mês passado, foi confirmado um caso de mal da vaca louca em um animal em Marabá (PA). Análise de técnicos do Ministério da Agricultura concluiu, no início deste mês, que a ocorrência foi "atípica" —comum em animais velhos e não transmissível.

Integrantes da pasta embarcaram para a China no começo da semana numa comitiva com empresários do setor. Antes da viagem, os técnicos já haviam fornecido todas as informações relevantes sobre o caso à China, mas a retomada das exportações ainda dependia de decisão do parceiro asiático.

Esse foi o sexto caso atípico de vaca louca no país. O primeiro ocorreu em 2010, em Sertãozinho (PR). Em 2014, 2019 e 2021, ocorreram casos em Mato Grosso. Também em 2021, houve um caso em Minas.

A doença da vaca louca (encefalopatia espongiforme bovina) atinge o sistema nervoso central dos animais, provocando lesões degenerativas. Os casos clássicos da doença são transmissíveis e ocorrem por ingestão de subprodutos de origem animal. O Brasil nunca registrou um caso clássico da doença.

Os 28 dias de espera para a retomada da exportação para os chineses são um tempo bem mais curto do que os 103 dias da ocorrência anterior, em setembro de 2021.

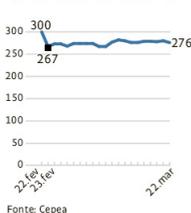
Em média, as exportações para a China correspondem a 520 mil animais por mês, com um faturamento de US\$ 676 milhões, segundo cálculos da consultoria Agrifatto, especializada no setor.

Essas interrupções interferem nos preços internos do boi e nas receitas e geram a necessidade da busca de novos mercados, quando prolongadas. Em 2019, quando a interrupção foi de apenas dez dias, os preços do boi gordo recuaram 6,2%.

Naquele período, a dependência brasileira do mercado chinês nas exportações era de 21%. Agora, é de 62%. Os chineses representavam 5% da produção brasileira, número que subiu para 20%, segundo os analistas da Agrifatto.

## Suspensão de exportações afetou preços da carne bovina

Valor da arroba, em São Paulo, em R\$



Fonte: Cepea

O mercado brasileiro já mostrava os efeitos dessa mais recente interrupção nas vendas para a China. As exportações da segunda semana deste mês foram 46% inferiores às da primeira.

Devido a essa interrupção, ocorrida em 23 de fevereiro, a consultoria estima um recuo

das exportações totais brasileiras deste mês para 150 mil toneladas, 11,5% abaixo do volume de igual mês de 2022.

Os preços do boi gordo caíram 8% em São Paulo, desde que o mercado tomou conhecimento do caso em Marabá. Em 2021, do início da interrupção das exportações para a China, em setembro, ao retorno do asiático ao mercado brasileiro, em dezembro, a arroba do boi teve retração de 17% nos preços internos.

O impacto da interrupção atual sobre a produção ainda não dá para ser medido, segundo avaliação da Agrifatto. Os frigoríficos deram férias coletivas, intercalaram abates e tomaram outras medidas para reduzir a pressão compradora.

Para os analistas da consultoria, no entanto, há uma clara interdependência entre Brasil e China desde 2020. A produção brasileira depende dos chineses, e as importações da China dependem do Brasil.

Em setembro do ano passado, os chineses ficaram com 137 mil toneladas de carne "in natura" das 203 mil exportadas pelos brasileiros no mês.

A comitiva para a China tem cerca de 100 empresários convidados pelo Ministério da Agricultura —4 do setor de carnes, como Josey e Wesley Batista, executivos da J&F, controladora da JBS.

Os custos serão pagos pelos empresários, segundo o Ministério da Agricultura. A viagem presidencial à China será entre 26 a 31 de março.

O Brasil produziu 26 milhões de toneladas de carnes bovina, suína e de frango no ano passado, 4% a mais do que em 2021. A participação do mercado externo na produção brasileira vem aumentando. No ano passado, 28% das carnes "in natura" foram para o mercado externo, acima dos 27% de 2021.

Os dados de produção são do peso das carcaças obtidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); os de exportação, da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Além do fim do embargo às exportações de carne bovina brasileira, membros do governo esperam que, durante a visita de Lula, a China autorize mais frigoríficos brasileiros a exportarem para o país.